Projeto de Regulamento Passe das Virtudes

Preâmbulo

Por força das competências de âmbito social que foram legalmente atribuídas e também pela proximidade que têm com as populações e com os seus problemas, os Municípios são permanentemente desafiados a repensar novas estratégias de intervenção social e implementar políticas sociais verdadeiramente ativas.

O Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) nos transportes públicos traduz-se no financiamento das autoridades de transportes para a implementação e desenvolvimento de medidas de apoio à redução tarifária nos sistemas de transporte público coletivo de passageiros.

Apesar de Azambuja fazer parte do distrito de Lisboa, o Município está inserido na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), não tendo por isso beneficiado do desconto nos passes sociais.

Contudo, foi conseguida, junto da CP e com a aceitação da área Metropolitana de Lisboa, a extensão do Passe Navegante Metropolitano, que permite a circulação em toda a Área Metropolitana de Lisboa (AML) pelo valor mensal de 40,00€, até Azambuja, mediante o pagamento adicional de 0,50€.

Sucedo, porém, que a estação ferroviária das Virtudes, localizada na freguesia de Aveiras de Baixo é a única das três estações existentes no concelho que não foi incluída no PART, criando dessa forma uma discriminação entre os munícipes do concelho, uma vez que os utentes da referida estação que pretendam beneficiar do Passe Navegante Metropolitano têm de suportar, atualmente, um encargo mensal adicional no valor 24,45€ (vinte e quatro euros e quarenta e cinco cêntimos), correspondente ao troço ferroviário Virtudes – Azambuja.

Nesta medida, e tendo por fim assegurar a igualdade entre os munícipes, o Município de Azambuja pretende restituir o valor adicional suportado pelos utentes da estação das Virtudes, através da implementação da medida de apoio denominada “Passe das Virtudes”.

O Município, para além de compensar os munícipes que utilizam diariamente aquela estação, pretende também inserir esta medida nas metas da sustentabilidade ambiental e no combate às alterações climáticas.

Compete, assim, ao Município de Azambuja definir as normas que regerão a atribuição do Passe das Virtudes, o que constitui a razão de ser e o objeto do presente Regulamento.

Nos termos do disposto no 99.º do Código do Procedimento Administrativo, na redação atual, os regulamentos deverão ser previamente avaliados e ponderados os custos benefícios das medidas que aqueles pretendem regulamentar.

Efetuada a ponderação dos custos e benefícios do instrumento de apoio aqui previsto, entende-se que a tutela do princípio da igualdade e a defesa e salvaguarda dos interesses da população, bem como assim a promoção da mobilidade das famílias, incentivando-as a utilizar os transportes coletivos, como alternativa ao transporte individual, bem como da e da tutela do direito da igualdade, consubstanciam um benefício claramente superior à oneração que possa advir para o orçamento municipal, sem

esquecer os princípios da prossecução do interesse público, transparência, rigor e controlo dos apoios disponibilizados.

Em cumprimento do n.º 1 do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o projeto inicial do presente Regulamento foi publicitado no Diário da República, 2.ª série, n.º ..., de ... de ..., tendo sido posto à discussão pública, pelo período de 30 dias, para recolha de sugestões dos interessados.

Assim, a Assembleia Municipal de Azambuja, em sessão ordinária realizada no dia _____, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 112.º, n.º 7 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea i) do n.º 2 do artigo 23.º e na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos artigos 96.º a 101.º e 135.º a 142.º do CPA e no artigo 2.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, todos na redação em vigor, sob proposta da Câmara Municipal, apresentada em reunião ordinária de _____, ao abrigo do disposto nas alíneas k) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovou o presente Regulamento do Passe das Virtudes.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º Lei habilitante

O presente Regulamento é elaborado e aprovado ao abrigo e nos termos do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, dos artigos 23.º, n.º 2, alínea c), 25.º, n.º 1, alínea g), e 33.º, n.º 1, alínea k), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ARTIGO 2.º Objeto

O presente regulamento define e regula os termos e as condições de acesso ao apoio, designado por “Passe das Virtudes”, a conceder pelo Município de Azambuja aos munícipes do concelho que sejam utilizadores da estação ferroviária das Virtudes.

ARTIGO 3.º Objetivos

A atribuição do apoio previsto no presente regulamento deve contribuir, de forma articulada, para a tutela do princípio da igualdade entre munícipes e defesa e salvaguarda dos interesses da população, bem como assim para a promoção da mobilidade das famílias, incentivando-as a utilizar os transportes coletivos, como alternativa ao transporte individual.

ARTIGO 4.º Âmbito

Podem beneficiar do apoio “Passe das Virtudes” os cidadãos residentes há, pelo menos, três meses no Município de Azambuja, que sejam titulares do Passe Navegante Metropolitano e utilizadores da estação ferroviária das Virtudes.

ARTIGO 5.º
Natureza do apoio

O apoio “Passe das Virtudes” consiste na comparticipação financeira destinada ao reembolso do valor correspondente ao suportado mensalmente pelos munícipes com a aquisição do passe ferroviário para o troço Virtudes -Azambuja.

CAPÍTULO II
DO APOIO

ARTIGO 6.º
Condições de acesso

Podem beneficiar do apoio previsto no presente regulamento, as pessoas singulares que preenchem, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Residam no concelho de Azambuja há, pelo menos, três meses;
- b) Sejam titulares do Passe Navegante Metropolitano;
- c) Iniciem e/ou terminem a viagem na Estação Ferroviária das Virtudes, utilizando o passe mensal da CP disponível para o troço Virtudes – Azambuja;
- d) Tenham a situação contributiva regularizada e não sejam devedores de quaisquer quantias ao Município, salvo se a dívida tiver sido objeto de acordo de pagamento e o mesmo esteja a ser cumprido.

ARTIGO 7.º
Candidatura

A candidatura ao apoio previsto no presente regulamento depende da iniciativa dos interessados, mediante requerimento, conforme formulário disponibilizado na página eletrónica do Município e nas Unidades de Atendimento ao Público (UAP), a apresentar, presencialmente, nas UAP ou, por correio eletrónico, para o endereço transp.escolar@cm-azambuja.pt, acompanhado dos documentos instrutórios referidos no artigo seguinte ou de outros tidos por necessários para análise e apreciação da candidatura.

ARTIGO 8.º
Documentos instrutórios

1. O requerimento/pedido referido no artigo anterior deverá ser instruído obrigatoriamente, sob pena de indeferimento, com os seguintes documentos atualizados:
 - a) Comprovativo de morada emitido pela Segurança Social ou Autoridade Tributária e Aduaneira;
 - b) Fotocópia do Passe CP Virtudes-Azambuja e do Passe Navegante Metropolitano;
 - c) Comprovativo (original) do pagamento do Passe CP Virtudes-Azambuja e do Passe Navegante Metropolitano no mês a que diz respeito, dos quais deve constar o NIF do beneficiário;
 - d) Declarações comprovativas da situação contributiva e tributária perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária Aduaneira regularizada, ou autorização para consulta eletrónica das declarações;

- e) Comprovativo de entidade bancária que inclua o nome do beneficiário e o IBAN.
- 2. O Município poderá solicitar outros documentos e informações que se mostrem estritamente necessários para a concessão do benefício.

ARTIGO 9º

Duração do Apoio

1. O benefício será concedido a partir da data do deferimento da pretensão e apenas enquanto se verificarem as condições que levaram à atribuição do mesmo, ressalvado o regime excepcional previsto no artigo 13º do presente Regulamento.
2. Os beneficiários deverão fazer prova mensal do pagamento do Passe CP Virtudes-Azambuja e do Passe Navegante Metropolitano, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 12º, sob pena de não atribuição da comparticipação.

ARTIGO 10º

Apreciação e decisão dos pedidos

1. Compete ao Serviço de Transportes Escolares do Município analisar as candidaturas entregues e emitir parecer sobre os pedidos de atribuição de apoios, com base nos elementos constantes do processo e de outros que se entendam relevantes para a boa decisão final.
2. Caso não sejam entregues, com a candidatura, todos os documentos elencados artigo anterior, o(a) candidato(a) é notificado(a), para entrega da documentação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de indeferimento.
3. A decisão dos pedidos compete ao Presidente da Câmara ou Vereador com competência delegada.

ARTIGO 11º

Indeferimento

Constitui fundamento para o indeferimento do pedido:

- a) O não preenchimento de qualquer uma das condições de acesso definidas no artigo 6º;
- b) A não entrega dos documentos ou esclarecimentos solicitados, dentro do prazo fixado para o efeito;
- c) A prestação de falsas declarações, a omissão dolosa de informação ou a utilização de meio fraudulento.

ARTIGO 12º

Pagamento

1. A comparticipação financeira prevista no artigo 5º será paga mensalmente ao beneficiário, mediante a entrega no Município, até ao dia 10 do mês seguinte a que diz respeito, do original dos comprovativos de pagamento do Passe CP Virtudes-Azambuja e do Passe Navegante Metropolitano, dos quais deve constar o NIF do beneficiário.
2. O pagamento será efetuado por transferência bancária para o IBAN do beneficiário, ou do seu representante legal, devidamente comprovado, até ao dia 20 do mês seguinte a que diz respeito.

**CAPÍTULO III
RETROATIVIDADE DO APOIO**

ARTIGO 13º

Pagamento retroativo

1. Tendo em vista restabelecer a igualdade entre os municípios, o Município assegurará o pagamento do apoio “Passe das Virtudes”, com efeitos reportados a 1 de janeiro de 2024.
2. O apoio será pago retroativamente aos municípios que, reunindo as condições de acesso previstas no artigo 6º do Regulamento, adquiriram o Passe CP Virtudes – Azambuja, em complemento do Passe Navegante Metropolitano, no período compreendido entre 1 de janeiro de 2024 e a data de entrada em vigor do presente Regulamento.
3. Para o efeito, os municípios que pretendam beneficiar deste apoio devem apresentar a candidatura nos termos previstos no artigo 7º, no prazo de 30 dias úteis a contar da data de entrada em vigor do presente Regulamento, fazendo prova de que eram residentes no concelho no período em causa e apresentado os comprovativos de pagamento dos Passes.
4. Para prova da aquisição dos títulos de transporte acima referidos, os beneficiários poderão apresentar o registo no E-Fatura respeitante ao período em causa.

**CAPÍTULO IV
INCUMPRIMENTO E CESSAÇÃO**

ARTIGO 14.º

Obrigações

Os beneficiários do apoio obrigam-se:

- a) a respeitar os fins e a cumprir os termos e condições de utilização do apoio concedido no âmbito do presente Regulamento;
- b) a comunicar ao Município quaisquer alterações às condições que conduziram à atribuição do benefício;
- c) a apresentar no prazo máximo de 10 dias úteis, os documentos solicitados pelo Município.

ARTIGO 15.º

Reavaliação dos pressupostos de facto

1. A atribuição do apoio previsto no presente Regulamento será reavaliada semestralmente, quanto aos pressupostos de facto que estiveram na base da sua atribuição, nomeadamente a residência no concelho.
2. Para o efeito, os beneficiários ficam obrigados a fazer, semestralmente, prova da residência no concelho, apresentando o respetivo comprovativo, nos termos previstos na al. a) do n.º 1 do artigo 8º do Regulamento.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o apoio cessa, a todo o tempo e com efeitos imediatos, sempre que se verifique a ocorrência de qualquer circunstância modificativa ou extintiva dos pressupostos de facto que estiveram na base da sua atribuição, designadamente a prevista no artigo seguinte.

ARTIGO 16º
Incumprimento

1. O incumprimento pelo beneficiário das condições e obrigações previstas no presente Regulamento, bem como a prestação de falsas declarações, determina a cessação imediata do apoio e constitui aquele na obrigação de devolver as quantias atribuídas.
2. A prestação de falsas declarações ou a falsificação de documentos para fins de atribuição de qualquer apoio implicam a participação do facto ao Ministério Público para instauração do correspondente procedimento criminal.
3. Nas situações previstas nos números anteriores, o beneficiário fica impedido de beneficiar do apoio previsto no presente Regulamento pelo período de 2 (dois) anos.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 17º
Proteção de dados

1. Os dados pessoais fornecidos pelos beneficiários destinam-se, exclusivamente, à instrução da candidatura ao apoio em consideração no presente regulamento, sendo o Município de Azambuja o responsável pelo seu tratamento.
2. É garantida a confidencialidade e o sigilo no tratamento dos dados em conformidade com a legislação em vigor, ficando ainda garantido o direito de acesso, de retificação e de eliminação, sempre que os seus titulares o solicitem.

ARTIGO 18º
Dúvidas e omissões

As dúvidas e os demais casos omissos suscitados com a interpretação e aplicação do presente Regulamento serão resolvidos por deliberação da Câmara Municipal.

ARTIGO 19º
Entrada em vigor e produção de efeitos

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República, produzindo efeitos reportados a 1 de janeiro de 2024.